

Acelen Energia Renovável S.A.

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas e Individuais
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente**

Índice

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.	1
Balanco Patrimonial	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
1) A Companhia e suas operações.....	10
2) Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras	11
3) Políticas contábeis materiais	12
4) Estimativas e julgamentos críticos	13
5) Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes	13
6) Investimentos.....	15
7) Caixa e equivalentes de caixa	17
8) Contas a receber	17
9) Estoques	18
10) Ativo biológico.....	20
11) Imobilizado.....	21
12) Plantas portadoras	23
13) Intangível.....	24
14) Fornecedores	26
15) <i>Reverse factoring</i> de fornecedores	26
16) Salários e encargos sociais	28
17) Empréstimos e financiamentos.....	28
18) Imposto de renda e contribuição social	31
19) Tributos a recuperar (ativo) e a pagar (passivo)	33
20) Outros passivos.....	34
21) Partes relacionadas.....	34
22) Provisão para riscos e passivos contingentes	35
23) Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	36
24) Receita líquida	37
25) Custos e despesas por natureza.....	37
26) Resultado financeiro	38
27) Gerenciamento de riscos, instrumentos financeiros e análise de sensibilidade	38
28) Informações para a Demonstração do Fluxo de Caixa	45
29) Eventos subsequentes.....	46



Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Acelen Energia Renovável S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Acelen Energia Renovável S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Acelen Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditoria de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Contexto operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que informa que a Companhia se encontra em fase pré-operacional, com o início da construção de sua biorrefinaria. A Companhia está direcionando seus esforços e investimentos ao desenvolvimento da infraestrutura produtiva, à aquisição de ativos e à preparação para o início das operações. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise dessas demonstrações financeiras deve levar em consideração essa circunstância. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Matheus Mezer Maia
Contador
CRC nº 1 CE 027557/O-4

Acelen Energia Renovável S.A.**Balço Patrimonial**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	54.485	148.635	54.114	148.622
Contas a receber	8	-	-	1.211	-
Estoques	9	51.216	16.101	50.590	16.101
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	18	4.175	1.725	4.167	1.724
Tributos a recuperar	19	-	473	-	473
Partes relacionadas	21	-	-	3.505	-
Outros ativos		6.875	7.645	6.125	7.645
		116.751	174.579	119.712	174.565
Não circulante					
Tributos a recuperar	19	26.154	7.328	24.803	7.328
Investimentos	6	-	-	181.022	1.441
Imobilizado	11	286.630	170.433	191.623	170.433
Plantas portadoras	12	20.846	-	10.642	-
Direito de uso		2.532	-	1.219	-
Intangível	13	120.939	9.457	9.810	8.030
		457.101	187.218	419.119	187.232
Total do ativo		573.852	361.797	538.831	361.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Passivo circulante					
Fornecedores	14	67.953	46.582	38.303	46.582
Reverse factoring de fornecedores	15	4.142	-	2.714	-
Valores a pagar de arrendamento		1.797	-	877	-
Salários e encargos sociais	16	26.305	18.086	24.084	18.086
Empréstimos e financiamentos	17	300.441	59.355	300.441	59.355
Tributos a pagar	19	1.821	1.243	1.658	1.243
Outros passivos	20	42.108	44.656	41.894	44.656
		444.567	169.922	409.971	169.922
Passivo não circulante					
Valores a pagar de arrendamento		880	-	455	-
Empréstimos e financiamentos	17	293.295	112.124	293.295	112.124
		294.175	112.124	293.750	112.124
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	23				
Capital social		311.808	228.410	311.808	228.410
Prejuízos acumulados		(476.698)	(148.659)	(476.698)	(148.659)
		(164.890)	79.751	(164.890)	79.751
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		573.852	361.797	538.831	361.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	24	-	-	1.211	-
Custo dos produtos vendidos	25	-	-	(740)	-
Lucro bruto		-	-	471	-
Despesas gerais e administrativas	25	(275.560)	(146.469)	(264.368)	(146.468)
Resultado de participações societárias	6.b	-	-	(14.827)	4
Outras receitas (despesas) líquidas	25	(4.279)	-	(4.279)	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(279.839)	(146.469)	(283.003)	(146.464)
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		15.360	6.086	15.329	6.081
Despesas financeiras		(61.974)	(7.686)	(58.780)	(7.686)
Variação cambial líquida		(1.370)	73	(1.370)	73
		(47.984)	(1.527)	(44.821)	(1.532)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(327.823)	(147.996)	(327.824)	(147.996)
Imposto de renda e contribuição social, corrente	18.b	(216)	-	(215)	-
Imposto de renda e contribuição social, diferido	18.b	-	(225)	-	(225)
Prejuízo do exercício		(328.039)	(148.221)	(328.039)	(148.221)
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	23.b	(1,213)	(0,911)	(1,213)	(0,911)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Acelen Energia Renovável S.A.**Demonstração do Resultado Abrangente***Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(328.039)	(148.221)	(328.039)	(148.221)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(328.039)	(148.221)	(328.039)	(148.221)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	144.910	(438)	144.472
Transação de capital			
Aumento de capital (Nota 23.a)	83.500	-	83.500
Resultado abrangente			
Prejuízo do exercício	-	(148.221)	(148.221)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	228.410	(148.659)	79.751
Transação de capital			
Aumento de capital (Nota 23.a)	83.398	-	83.398
Resultado abrangente			
Prejuízo do exercício	-	(328.039)	(328.039)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	311.808	(476.698)	(164.890)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(327.823)	(147.996)	(327.824)	(147.996)
Ajustado por:				
Depreciação e amortização (Nota 25)	8.184	296	7.029	296
Resultado de participações societárias (Nota 6.a)	-	-	14.355	(4)
Lucros a realizar de subsidiárias (Nota 6.a)	-	-	472	-
Resultado financeiro (Nota 26)	47.984	1.527	44.821	1.532
	(271.655)	(146.173)	(261.147)	(146.172)
Variação dos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(1.211)	-
Estoques	(33.743)	(16.101)	(35.062)	(16.101)
Tributos a recuperar e a pagar líquidos	(20.225)	(8.255)	(19.030)	(8.255)
Outros ativos	770	(7.644)	1.520	(7.644)
Fornecedores	(21.024)	26.972	(23.948)	26.972
Reverse factoring de fornecedores	4.053	-	2.625	-
Salários e encargos sociais	8.219	18.086	5.241	18.086
Outros passivos	(2.548)	44.656	(2.761)	44.656
Caixa aplicado nas operações	(336.153)	(88.459)	(333.773)	(88.458)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(216)	-	(215)	-
IOF pagos (Nota 26)	(6.327)	(2.401)	(6.140)	(2.401)
Rendimento de aplicações financeiras recebidos	15.360	6.085	15.329	6.081
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(327.336)	(84.775)	(324.799)	(84.778)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao imobilizado, plantas portadoras e intangível (Nota 28)	(233.463)	(165.496)	(126.611)	(164.069)
Aumento de capital social em subsidiárias (Nota 6.a)	-	-	(51.984)	(1.427)
Adiantamento para futuro aumento de capital em subsidiárias (Nota 6.a)	-	-	(61.047)	(10)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(233.463)	(165.496)	(239.642)	(165.506)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital social (Nota 23.a)	83.398	83.500	83.398	83.500
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 17)	419.069	180.000	419.069	180.000
Custos de transação para captação sobre empréstimos e financiamentos (Notas 17 e 28)	(8.570)	(8.813)	(8.570)	(8.813)
Amortização de empréstimos e financiamentos (Nota 17)	(12.500)	-	(12.500)	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos (Nota 17)	(10.596)	-	(10.596)	-
Juros pagos a fornecedores	(2.931)	-	-	-
Pagamento de arrendamento	(1.221)	-	(868)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	466.649	254.687	469.933	254.687
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(94.150)	4.416	(94.508)	4.403
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	148.635	144.219	148.622	144.219
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	54.485	148.635	54.114	148.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras*Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)***1) A Companhia e suas operações**

A Acelen Energia Renovável S.A. ("Acelen Renovável" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de maio de 2023, com sede na cidade de São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, 14.171, 26º andar. A Acelen Renovável está conduzindo um projeto inovador que visa integrar a cadeia produtiva de biocombustíveis de fontes renováveis. Este projeto, focado no desenvolvimento de uma solução integrada para a produção de combustível sustentável, abrange a verticalização da produção desde o plantio da matéria-prima até o refino de óleo vegetal para produção dos biocombustíveis SAF e HVO. A Acelen Renovável utilizará a macaúba, uma cultura nativa não alimentar e altamente produtiva, que será cultivada em terras degradadas no Brasil. A escolha da macaúba visa promover a recuperação ambiental destas áreas e, contribuir para a sustentabilidade econômica da região.

No exercício de 2025, a Acelen Renovável inaugurou o Agripark, localizado em Montes Claros, Minas Gerais. O Agripark funciona como um hub de pesquisa e desenvolvimento, concentrando-se no aprimoramento das técnicas de cultivo e colheita da macaúba, na pesquisa sobre aprimoramento genético e no desenvolvimento de novas tecnologias para aumentar a eficiência da produção em larga escala. O Agripark também possui infraestrutura para germinar de 1,7 milhão de sementes por mês e produzir de 10 milhões de pré-mudas por ano, escala necessária para suportar o desenvolvimento do projeto.

A Acelen Renovável constituiu suas subsidiárias, Acelen Agro S.A. ("Acelen Agro") e Acelen Industrial S.A. ("Acelen Industrial"), no primeiro semestre de 2024 e detém a totalidade da participação em ambas (para maiores detalhes, vide Nota 6). Para fins dessas demonstrações financeiras consolidadas, a Controladora e suas subsidiárias são denominadas como Companhia, exceto se indicado de outra forma.

A Acelen Industrial está atualmente na fase pré-operacional com o início da construção da biorrefinaria, focando seus esforços e investimentos no desenvolvimento da infraestrutura produtiva necessária, aquisição de ativos e preparação para o início de suas operações, com capacidade projetada para processar 20 kbpd (mil barris por dia). Esta biorrefinaria será destinada à produção de Combustível de Aviação Sustentável (SAF) e Óleo Vegetal Hidratado (HVO) e é considerada crucial para a transformação do "feedstock" (matéria-prima) para biocombustíveis de alta qualidade, visando atender à crescente demanda por soluções energéticas sustentáveis. O início das operações da biorrefinaria está previsto para o primeiro semestre de 2029, quando serão utilizadas outras matérias-primas enquanto a plantação da macaúba está em fase de desenvolvimento. Espera-se uma transição gradual até a biorrefinaria operar apenas com o óleo de macaúba como matéria-prima.

As operações voltadas para o agronegócio consistem em plantio de macaúba para produção e comercialização do óleo do fruto. E temos óleo de polpa, óleo de amêndoa, torta da polpa (resultado do processo de esmagamento da polpa), torta da amêndoa (resultado do processo de esmagamento da amêndoa) e casca do fruto e endocarpo/casca de noz. A Acelen Agro está atualmente na fase pré-operacional, focando seus esforços e investimentos no desenvolvimento da infraestrutura produtiva necessária, aquisição de ativos e preparação para o início de suas operações. Em 2025, a Acelen Agro assinou dois contratos na modalidade de direito real de superfície em fazendas, ambas localizadas no Brasil.

Durante este estágio inicial, ainda não há geração de receitas, mas os ativos estão sendo alocados de maneira estratégica, conforme o plano de negócios previamente aprovado, para garantir a viabilidade e o sucesso das operações futuras. Esta abordagem cuidadosa e planejada visa assegurar que, uma vez iniciadas, as operações possam ser conduzidas de forma eficiente e sustentável, alinhadas aos objetivos de longo prazo.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O acionista controlador da Acelen Renovável é a MC Energia Renovável S.A., que é controlada, assessorada e administrada pela MC Brazil Renewable Energy Fundo de Investimento em Participações.

Em 31 de dezembro de 2025, o Consolidado apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 327.816 (positivo em R\$ 4.657 em 31 dezembro de 2024), principalmente em função do saldo de empréstimos e financiamentos. A Administração analisou seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, quando os aportes necessários são realizados pelo Acionista, conforme evidenciado na Nota 29 de evento subsequente com o aporte de R\$ 80.000. Adicionalmente, a Companhia não possui limitações na obtenção de financiamentos e está realizando uma reestruturação das dívidas para captação de novos recursos de longo prazo.

Como mencionado acima, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional contando com aportes de seu Acionista, de forma que a Administração avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações. Com base nesta conclusão, estas demonstrações financeiras foram elaboradas baseadas no princípio da continuidade operacional.

2) Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS Accounting Standards e as práticas contábeis adotadas no Brasil e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS Accounting Standards e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Administração optou por apresentar estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão e conforme do IAS 1 /CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Orientação Técnica OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir: (i) a mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos financeiros e (ii) perdas pela redução do valor recuperável de ativos (*impairment*). O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado sobre essa base, exceto pelas mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras*Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

Os saldos apresentados em 2025 e 2024 referentes às demonstrações consolidadas representam a posição contábil e financeira da Controladora e de suas subsidiárias.

A Administração da Companhia aprovou e autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras no dia 10 de março de 2026.

a. Princípios de consolidação

Em conformidade com o IFRS 10 / CPC 36 (R3), as demonstrações financeiras consolidadas de 2025 incluem as demonstrações financeiras da Controladora e subsidiárias dos exercícios 2025 e 2024.

O controle é alcançado quando a Controladora tem exposição a retornos variáveis provenientes da subsidiária e tem a capacidade de influenciar esses retornos por meio do poder exercido sobre a subsidiária. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para alinhar suas políticas contábeis com as da Companhia. Transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do grupo são eliminadas na consolidação, incluindo lucros não realizados em vendas de bens que ocorreram entre Controladora e subsidiárias. A relação das subsidiárias aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas está demonstrada na Nota 6.b.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Controladora e subsidiárias é o real (R\$), refletindo seu principal ambiente econômico.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

3) Políticas contábeis materiais

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as políticas contábeis materiais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

a. Informação complementar de fluxo de caixa

Em conformidade com o IAS 7/ CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa, a Companhia divulga os juros pagos decorrentes das operações de *reverse factoring* de fornecedores como atividade de financiamento.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4) Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem montantes monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitas a incerteza de mensuração. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, considerados razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação, e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Controladora e suas subsidiárias são apresentadas nas respectivas notas explicativas.

5) Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

a. Alterações em normas e interpretações em vigor

A Companhia avaliou o impacto de diversas alterações nas normas contábeis emitidas pelo CPC que são obrigatoriamente efetivas para o período contábil que se inicia em ou após 1º de janeiro de 2025, conforme detalhado abaixo:

Normas	Descrição	Vigência
Alteração da IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Em 15 de agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 sobre falta de conversibilidade de taxas de câmbio (CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis). As alterações sobre falta de conversibilidade (Alterações à IAS 21) especificam quando uma moeda é conversível por outra e quando não é, definindo conversibilidade como a capacidade de uma entidade trocar uma moeda pela outra por meio de mercados ou mecanismos de câmbio que criam direitos e obrigações executáveis sem atrasos ou restrições relevantes, na data de mensuração e para uma finalidade específica.	1º de janeiro de 2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (TCO2E), Permissões de Emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A OCPC 10 estabelece orientações contábeis relacionadas ao reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO _{2e}), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO), aplicáveis às entidades atuantes no mercado brasileiro	1º de janeiro de 2025

As normas contábeis citadas acima, que entraram em vigor durante 2025, não causaram efeitos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b. Normas e interpretações não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas ainda em análise pelo CPC, que ainda não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, são conforme segue:

Normas	Descrição	Data efetiva
<i>IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros</i>	<i>Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7, que introduzem mudanças nos critérios de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada de forma limitada.</i>	<i>1º de janeiro de 2026</i>
<i>IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras</i>	<i>A IFRS 18 substitui a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e introduz alterações com o objetivo de aprimorar a comparabilidade e a clareza das informações apresentadas aos usuários das demonstrações financeiras. A norma requer alterações na demonstração do resultado, com a introdução de novas categorias de receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – bem como subtotais definidos. Adicionalmente, estabelece requisitos de divulgação em nota explicativa de medidas de desempenho definidas pela Administração, além de alterações na demonstração dos fluxos de caixa e novos requisitos relacionados à apresentação e desagregação de despesas por natureza ou função.</i>	<i>1º de janeiro de 2027</i>
<i>IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações</i>	<i>A IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis IFRS com requisitos de divulgação reduzidos. A adoção é opcional e pode ser aplicada às demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais da subsidiária, desde que, na data do relatório, a entidade não tenha responsabilidade pública e pertença a um grupo cuja controladora elabore demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS. A subsidiária que adotar a IFRS 19 é obrigada a declarar, de forma explícita e sem reservas, sua conformidade com as Normas Contábeis IFRS, indicando a adoção do IFRS 19.</i>	<i>1º de janeiro de 2027</i>

A Companhia está avaliando todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas para as demonstrações financeiras e, exceto pelo IFRS 18, a Companhia não espera que a adoção destas normas resultem em impactos materiais sobre suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6) Investimentos

a. Movimentação dos investimentos

A variação dos investimentos nas subsidiárias está apresentada como segue:

	Controladora		
	Acelen Agro	Acelen Industrial	Total
Saldo em 4 de março de 2024 (Nota 6.b)	-	-	-
Aumento de capital social	1.427	-	1.427
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	10	10
Resultado de participações societárias ⁽¹⁾	5	(1)	4
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.432	9	1.441
Aumento de capital social	51.900	84	51.984
Adiantamento para futuro aumento de capital	53.017	8.030	61.047
Aumento de capital social via aporte de ativos ⁽²⁾	4.206	77.171	81.377
Resultado de participações societárias	(13.399)	(956)	(14.355)
Lucros a realizar	(472)	-	(472)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	96.684	84.338	181.022

⁽¹⁾ O resultado da participação societária de 2024 corresponde ao período de 4 de março a 31 de dezembro, vide Nota 6.b.

⁽²⁾ Refere-se a aumento de capital nas subsidiárias em setembro de 2025 mediante aporte de ativos, com base em laudo de avaliação independente, sem envolver movimentação de caixa.

b. Subsidiárias

A seguir apresentamos informações adicionais sobre as subsidiárias da Acelen Renovável:

Subsidiárias	País	Moeda funcional	% de participação	Ativo	Passivo	PL ⁽¹⁾	Resultado do período 2024	Resultado do exercício 2025
Acelen Agro S.A.	Brasil	BRL	100	133.475	36.319	97.156	5	(13.399)
Acelen Industrial S.A.	Brasil	BRL	100	87.756	3.418	84.338	(1)	(956)
				221.231	39.737	181.494	4	(14.355)

⁽¹⁾ Em 2025, a variação entre o saldo de investimento na Controladora e o patrimônio líquido das subsidiárias decorre de ajustes de eliminação de resultados não realizados em operações no exercício entre Acelen Renovável e Acelen Agro.

Informações sobre as subsidiárias

Acelen Agro:

Em 4 de março de 2024, constituiu-se a “SF 763 Participações Societárias S.A.” e aprovou-se a subscrição de 400 (quatrocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas a R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 400.

Em 2 de maio de 2024, em AGE, aprovou-se a alteração de sua denominação social, que passou a ser denominada “Acelen Agro S.A.”.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, subscrito e integralizado da Acelen Agro, possuía saldo no valor de R\$ 57.533, dividido em 57.532.957 (cinquenta e sete milhões, quinhentas e trinta e três mil, novecentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

No exercício de 2025, a Acelen Agro celebrou Termos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com a Acelen Renovável, totalizando R\$ 104.917, dos quais R\$ 51.900 foram convertidos em capital social ao longo do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, a Acelen Agro possuía AFACs no montante de R\$ 53.017, ainda não convertidos em capital social, os quais serão capitalizados na próxima deliberação societária ou, no mais tardar, em até 120 dias após o encerramento do exercício social de 2025.

Acelen Industrial:

Em 4 de março de 2024, constituiu-se a “SF 764 Participações Societárias S.A.” e aprovou-se a subscrição de 400 (quatrocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas a R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 400.

Em 2 de maio de 2024, em AGE, aprovou-se a alteração de sua denominação social, que passou a ser denominada “Acelen Industrial S.A.”.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, subscrito e integralizado da Acelen Industrial, possuía saldo no valor de R\$ 77.255, dividido em 77.255.038 (setenta e sete milhões, duzentas e cinquenta e cinco mil, trinta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

No exercício de 2025, a Acelen Industrial celebrou Termos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com a Acelen Renovável, totalizando R\$ 8.114. No mesmo período, R\$ 84 foram convertidos em capital social, sendo R\$ 10 referentes a saldo existente em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 74 a aportes realizados em 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, a Acelen Industrial possuía AFACs no montante de R\$ 8.040, ainda não convertidos em capital social, os quais serão capitalizados na próxima deliberação societária ou, no mais tardar, em até 120 dias após o encerramento do exercício social de 2025.

Política contábil material

Os balanços patrimoniais individuais incluem a participação da Acelen Renovável nas subsidiárias contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, ajustados em conformidade com as práticas contábeis da Companhia a partir da data em que o controle é obtido até a data em que este é perdido.

Anualmente, a Controladora analisa indicativos de eventuais perdas (*impairment*) na recuperabilidade do seu investimento em controlada. Em 31 de dezembro de 2025, a Controladora não identificou indicativos de *impairment* do seu investimento em subsidiárias.

Subsidiária

Subsidiária é a entidade na qual a Controladora está exposta ou sobre a qual tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade (controle).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7) Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	134	20	84	7
Investimentos de curto prazo - conta reserva	29.363	-	29.363	-
Investimentos de curto prazo	24.988	148.615	24.667	148.615
Total	54.485	148.635	54.114	148.622

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando à melhor rentabilidade e ao menor nível de risco.

Em 2025 as aplicações financeiras estavam alocadas em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas. A remuneração média obtida em 2025 foi de 98,05% do CDI (99,76% em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, a Acelen Renovável mantinha o montante de R\$ 29.363 depositado em conta de investimento de curto prazo (conta reserva - *escrow*) junto ao Banco do Brasil e ao Itaú com restrição de uso, constituído como garantia financeira, destinada à aquisição de terras para plantio de macaúba. A liberação dos recursos está condicionada à formalização das garantias contratuais previstas na operação, não estando o referido montante disponível para uso geral nas atividades operacionais da Acelen Renovável, cuja previsão de utilização é dentro dos próximos 90 dias, nos termos do IAS 7 /CPC 03 (R2).

Política contábil material

Bancos conta movimento são representados por depósitos bancários disponíveis, e os investimentos de curto prazo são ativos financeiros mensurados e classificados pelo custo amortizado, são de alta liquidez, com vencimento de até três meses, e cujos valores estão sujeitos a um risco insignificante de mudança.

8) Contas a receber

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber - Partes relacionadas (Nota 21)	1.211	-
	1.211	-
Circulante	1.211	-

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a receber encontrava-se a vencer. A operação decorreu da venda de mudas de macaúba realizada em dezembro de 2025 entre a Acelen Renovável e a Acelen Agro, no âmbito do contrato de compra e venda de pré-mudas e mudas de macaúba celebrado em julho de 2025, com prazo de vigência de 10 (dez) anos. O contrato prevê o faturamento conforme a realização das entregas contratadas, tendo sido registrada em dezembro de 2025 a primeira operação comercial entre as partes. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia avaliou que não há necessidade de constituição de provisão para perda de créditos esperados.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Política contábil material

Contas a receber

Contas a receber são contabilizadas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

Perda de crédito esperada (PCE)

A Acelen Renovável reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras, desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Estimativas e julgamentos críticos

As perdas de créditos esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseiam em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Acelen Renovável utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Acelen Renovável compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de default que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Acelen Renovável presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Acelen Renovável assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, uma vez que contas a receber possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em metodologias internas de avaliação.

A Acelen Renovável considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 dias.

9) Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Matéria-prima ⁽¹⁾	28.499	6.018	27.874	6.018
Produtos acabados ⁽²⁾	765	-	764	-
Materiais e suprimentos	2.411	609	2.411	609
	31.675	6.627	31.049	6.627
Adiantamento a fornecedores ⁽³⁾	19.541	9.474	19.541	9.474
	51.216	16.101	50.590	16.101
Circulante	51.216	16.101	50.590	16.101

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (1) Compreende as sementes, pré-mudas, frutos de macaúba e insumos agrícolas.
- (2) Compreende mudas de macaúba.
- (3) Compreende desembolso antecipado para aquisição de matéria-prima e produtos para revenda.

A Acelen Renovável realizou aquisição de frutos oriundos de maciços (bosques) de macaúba espalhados pelo Brasil, que, nesta primeira fase do projeto, foram destinados para germinação e produção de novas mudas. Estas mudas são reclassificadas para imobilizado e compõem o custo das plantas portadoras. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia avaliou que não há necessidade de constituição de provisão para perda.

Todos os custos incorridos desde a produção da muda ou aquisição de terceiros até a data de plantio são transferidos e contabilizados ao custo das plantas portadoras quando ocorrer o plantio das mudas no solo (Nota 12). O grupo de matéria-prima inclui:

Frutos de macaúba: Frutos oriundos de aquisição de cachos para o cultivo, pesquisa e outras finalidades;

Sementes de macaúba: Utilizadas para cultivo ou outras finalidades, como pesquisa e melhoramento genético;

Pré-mudas de macaúba: Plantas jovens, em estágio inicial de desenvolvimento, preparadas para ser transferidas para um ambiente de crescimento em estágio avançado;

Mudas de macaúba: Plantas já desenvolvidas e prontas para o plantio em larga escala, utilizadas para reflorestamento, produção de frutos e ampliação de cultivos, que futuramente serão destinados para cultivo, pesquisa ou outras finalidades.

Insumos agrícolas: Composto, principalmente, por fertilizantes, corretivos de solo, defensivos agrícolas, sacos e bandejas para mudas e demais insumos utilizados nas atividades de preparo, manejo e manutenção das áreas agrícolas; e

Materiais e suprimentos: Compostos, principalmente, por insumos de produção e materiais de operação que serão utilizados nas atividades da Companhia e estão demonstrados ao custo médio de compra, quando este não excede o valor realizável líquido.

Política contábil material

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de compra ou de produção e são ajustados ao seu valor de realização líquido quando este for inferior ao valor contábil e, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e dos gastos para se concretizar a venda. A Companhia anualmente realiza avaliação para constituição de provisão de ajuste ao valor realizável líquido. As variações dos preços de venda após a data-base das demonstrações financeiras são consideradas no cálculo do valor realizável líquido, desde que confirmem as condições existentes na referida data-base. No entanto, no período em questão, não houve necessidade de constituição de provisão, uma vez que os estoques se referem substancialmente à matéria-prima, estando os itens registrados pelo custo de aquisição.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10) Ativo biológico

A movimentação dos ativos biológicos está demonstrada a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	2025	2024
Saldo inicial	-	-
Movimentação do exercício		
Adições de custos de formação	660	-
Reclassificação ⁽¹⁾	712	-
Exaustão ⁽²⁾	(1.372)	-
Saldo em 31 de dezembro	-	-

⁽¹⁾ Refere-se a reclassificações entre as classes de ativos imobilizado, intangível, plantas portadoras e ativo biológico, conforme apresentado nas respectivas notas explicativas.

⁽²⁾ Refere-se substancialmente à reclassificação de ativos biológicos para estoques, sem desembolso financeiro no exercício, conforme Nota 28, não impactando a demonstração de fluxo de caixa.

Os ativos biológicos da Acelen Renovável correspondem aos cachos de fruto da macaúba, utilizados como matéria-prima na produção de mudas de macaúba, óleo de macaúba e coprodutos, as fazendas com o plantio estão localizadas no estado de Minas Gerais. Durante o exercício de 2025, os ativos biológicos apresentaram movimentações decorrentes, principalmente, da formação dos cachos, com adições relativas ao reconhecimento dos custos incorridos para acesso às áreas, manejo e colheita dos frutos nos maciços, bem como das transferências para estoque no momento da colheita, que resultaram na baixa integral do saldo de ativos biológicos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi reconhecido ajuste de valor justo dos ativos biológicos. A Administração entende que o custo histórico dos ativos biológicos oriundos dos maciços se aproxima de seu valor justo, uma vez que se trata de safra de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2025 a Acelen Renovável não possui ativos biológicos oferecidos em garantia, assim como também não possuía seguro contra incêndio ou intempéries climáticas.

Política contábil material

Os ativos biológicos da Acelen Renovável são reconhecidos em conformidade com o IAS 41 /CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, quando esta detiver o controle do ativo como resultado de eventos passados, quando for provável que benefícios econômicos futuros associados com o ativo flurão para a entidade e quando o valor justo do ativo puder ser mensurado de forma confiável.

Os ativos são registrados inicialmente no biológicos. Os ativos biológicos são formados por meio da captação de custos diretos e indiretos. Os custos diretos compreendem, principalmente, aqueles relacionados às atividades agrícolas realizadas nos talhões, enquanto os custos indiretos correspondem às atividades de suporte e demais custos que demandam critérios de rateio para absorção ao processo produtivo. No momento da colheita, os cachos de fruto fresco são transferidos para estoque e passam a ser mensurados de acordo com o IAS 2 / CPC 16 (R1) - Estoques.

Estimativas e julgamentos críticos

Para os ativos biológicos originados dos maciços, a Administração entende que, em razão do ciclo produtivo de curto prazo, o custo histórico se aproxima de seu valor justo, não sendo reconhecidos ajustes relevantes a valor justo.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As atividades de cultivo de macaúba estão sujeitas a riscos inerentes à atividade agrícola, incluindo variações climáticas, pragas, doenças, incêndios florestais e outros eventos naturais. A Acelen Renovável adota práticas de monitoramento e gestão preventiva desses riscos e avalia que, na data-base das demonstrações financeiras, não há impactos materiais sobre os julgamentos e estimativas relacionados aos ativos biológicos.

11) Imobilizado

O ativo imobilizado está representado da seguinte forma:

	Consolidado			Total
	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Movimentação do exercício				
Adições ⁽¹⁾	-	-	176.105	176.105
Reclassificação	-	-	(5.636)	(5.636)
Transferência	-	2.275	(2.275)	-
Depreciação	-	(36)	-	(36)
	-	2.239	168.194	170.433
Custo	-	2.275	168.194	170.469
Depreciação acumulada	-	(36)	-	(36)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	2.239	168.194	170.433
Movimentação do exercício				
Adições ⁽¹⁾	-	604	131.343	131.947
Transferência	121.451	71.823	(193.274)	-
Reclassificações ⁽²⁾	-	-	(10.707)	(10.707)
Depreciação	(2.681)	(2.362)	-	(5.043)
	118.770	72.304	95.556	286.630
Custo	121.451	74.702	95.556	291.709
Depreciação acumulada	(2.681)	(2.398)	-	(5.079)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	118.770	72.304	95.556	286.630
Média ponderada de vida útil	19 anos	15 anos	N/A	
Mínimo e máximo	18 a 25 anos	3 a 32 anos	N/A	

⁽¹⁾ Parte das adições foi reconhecida sem desembolso financeiro no exercício, conforme Nota 28, não impactando a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

⁽²⁾ Refere-se a reclassificações entre as classes de ativos imobilizado, intangível, plantas portadoras e ativo biológico, conforme apresentado nas respectivas notas explicativas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora			Total
	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Movimentação do exercício				
Adições ⁽¹⁾	-	-	176.105	176.105
Reclassificação	-	-	(5.636)	(5.636)
Transferência	-	2.275	(2.275)	-
Depreciação	-	(36)	-	(36)
	-	2.239	168.194	170.433
Custo	-	2.275	168.194	170.469
Depreciação acumulada	-	(36)	-	(36)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	2.239	168.194	170.433
Movimentação do exercício				
Adições ⁽¹⁾	-	604	106.661	107.265
Baixas através de aporte de capital ⁽²⁾	(729)	-	(78.106)	(78.835)
Transferência	122.180	71.247	(193.427)	-
Reclassificações ⁽³⁾	-	-	(2.215)	(2.215)
Depreciação	(2.681)	(2.344)	-	(5.025)
	118.770	71.746	1.107	191.623
Custo	121.489	74.082	1.107	196.678
Depreciação acumulada	(2.719)	(2.336)	-	(5.055)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	118.770	71.746	1.107	191.623
Média ponderada de vida útil	18 anos	15 anos	N/A	
Mínimo e máximo	18 a 25 anos	5 a 32 anos	N/A	

⁽¹⁾ Parte das adições foi reconhecida sem desembolso financeiro no exercício, conforme Nota 28, não impactando a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

⁽²⁾ Refere-se a aumento de capital nas subsidiárias por meio de aporte de ativos recebidos, reconhecidos pelo custo atribuído, com base em laudo de avaliação independente, com data-base de 30 de setembro de 2025, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27.

⁽³⁾ Refere-se a reclassificações entre as classes de ativos imobilizado, intangível, plantas portadoras e ativo biológico, conforme apresentado nas respectivas notas explicativas.

Em 2025, a Acelen Renovável concluiu e inaugurou o Acelen Agripark, centro de tecnologia e inovação agroindustrial voltado ao desenvolvimento da cadeia produtiva da macaúba, localizado em Montes Claros, Minas Gerais. Os investimentos realizados na implantação do Agripark foram registrados no ativo imobilizado, de acordo com a natureza dos bens e em conformidade com as práticas contábeis adotadas pela Acelen Renovável.

No exercício de 2025, a Companhia realizou investimentos em ativos em construção relacionados à implantação do Agripark na Controladora, na aquisição de máquinas agrícolas e às obras vinculadas às áreas sob direitos reais de superfície na Acelen Agro, bem como ao projeto da unidade industrial na Acelen Industrial. No decorrer do exercício, parte relevante desses valores foi reclassificada para as classes apropriadas de ativos, em função do avanço dos projetos, resultando na redução do saldo de ativos em construção ao final do exercício.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Política contábil material

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, custos deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos - *impairment*.

Para nossos ativos não financeiros, é efetuada uma avaliação em cada data de entrega de relatório para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem mais ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa.

A depreciação dos componentes do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, pela taxa equivalente ao seu tempo de vida útil estimado.

Os ativos são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Esta avaliação é revisada anualmente e, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu que não havia indicativos de perda relacionada a estes ativos.

12) Plantas portadoras

As plantas portadoras estão apresentadas da seguinte forma:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	<u>Plantas portadoras em desenvolvimento</u>	<u>Plantas portadoras em desenvolvimento</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-
Movimentação do período		
Adições ⁽¹⁾	10.486	10.958
Reclassificações ⁽²⁾	10.360	(316)
	20.846	10.642
Custo	20.846	10.642
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20.846	10.642
Média ponderada de vida útil	N/A	N/A
Mínimo e máximo	N/A	N/A

⁽¹⁾ Refere-se a gastos diretamente atribuíveis à formação e desenvolvimento das plantas portadoras, incluindo mudas de macaúba, serviços de plantio e manejo.

⁽²⁾ Refere-se a reclassificações entre as classes de ativos imobilizado, intangível, plantas portadoras e ativo biológico, conforme apresentado nas respectivas notas explicativas.

A Companhia mantém áreas plantadas com palmeiras de macaúba destinadas à produção de cachos de frutos frescos utilizados como matéria-prima para a produção de mudas, óleo de macaúba e coprodutos. As palmeiras são classificadas como plantas portadoras e registradas no ativo imobilizado, enquanto as áreas onde se encontram implantadas são objeto de contratos de direito real de superfície, reconhecidos no ativo intangível, conforme aplicável.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía áreas sob contratos de direito real de superfície, dos quais 441 hectares estavam ocupados por plantações de macaúba para fins de plantio comercial.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Política contábil material

As palmeiras de macaúba utilizadas na produção de cachos de frutos frescos são classificadas como plantas portadoras e registradas no ativo imobilizado, conforme IAS 16 /CPC 27 - Ativo Imobilizado, observando-se a mesma política contábil apresentada na Nota 11.

As plantas portadoras são reconhecidas ao custo, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição, formação ou desenvolvimento das palmeiras, incorridos até que atinjam o estágio de maturidade produtiva, são capitalizados como parte do custo do ativo, podendo incluir, quando se tornar aplicável, custos de empréstimos.

A depreciação das plantas portadoras é calculada pelo método linear, por refletir de forma mais adequada o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros associados à capacidade de produção de cachos de frutos frescos. As palmeiras são consideradas imaturas durante os primeiros 5 anos de desenvolvimento, e a vida útil produtiva, após a maturidade, é estimada em aproximadamente 25 anos, podendo variar em função de condições agrônômicas, práticas de manejo e fatores climáticos.

13) Intangível

O intangível está representado da seguinte forma:

	Consolidado			Total
	Software	Direitos e concessões	Intangível em desenvolvimento	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Movimentação do exercício				
Adições ⁽¹⁾	-	1.427	2.654	4.081
Reclassificação	774	4.862	-	5.636
Transferências	2.632	-	(2.632)	-
Amortização	(233)	(27)	-	(260)
	3.173	6.262	22	9.457
Custo	3.406	6.289	22	9.717
Amortização acumulada	(233)	(27)	-	(260)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.173	6.262	22	9.457
Movimentação do exercício				
Adições ⁽²⁾	-	111.152	2.743	113.895
Transferências	4.508	(2.108)	(2.400)	-
Reclassificações ⁽³⁾	-	-	(365)	(365)
Amortização	(1.212)	(836)	-	(2.048)
	6.469	114.470	-	120.939
Custo	7.914	115.333	-	123.247
Amortização acumulada	(1.445)	(863)	-	(2.308)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.469	114.470	-	120.939
Média ponderada de vida útil	3 anos	97 anos	N/A	
Mínimo e máximo	3 a 5 anos	60 a 99 anos	N/A	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (1) A adição no valor de R\$ 1.427 refere-se ao adiantamento realizado para a compra de direito de usufruto da Fazenda Campinas, localizada no Município de Cachoeira, Bahia. A adição no valor total de R\$ 2.654, no consolidado e na Controladora, está relacionada ao desenvolvimento e aprimoramento de sistemas, destacando-se como principais o sistema SAP.
- (2) Refere-se substancialmente à aquisição de direitos reais de superfície sobre terras localizadas no Estado da Bahia em 2025. Parte das adições foi reconhecida sem desembolso financeiro no exercício, conforme Nota 28, não impactando a Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- (3) Refere-se a reclassificações entre as classes de ativos imobilizado, intangível, plantas portadoras e ativo biológico, conforme apresentado nas respectivas notas explicativas.

	Controladora			Total
	Software	Direitos e concessões	Intangível em desenvolvimento	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Movimentação do exercício				
Adições ⁽¹⁾	-	-	2.654	2.654
Reclassificação	774	4.862	-	5.636
Transferências	2.632	-	(2.632)	-
Amortização	(233)	(27)	-	(260)
	3.173	4.835	22	8.030
Custo	3.406	4.862	22	8.290
Amortização acumulada	(233)	(27)	-	(260)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.173	4.835	22	8.030
Movimentação do exercício				
Adições ⁽¹⁾	-	-	1.779	1.779
Transferências	1.801	-	(1.801)	-
Reclassificação ⁽²⁾	1.819	-	-	1.819
Baixas através de aporte de capital ⁽³⁾	(597)	-	-	(597)
Amortização	(1.138)	(83)	-	(1.221)
	5.058	4.752	-	9.810
Custo	6.429	4.862	-	11.291
Amortização acumulada	(1.371)	(110)	-	(1.481)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.058	4.752	-	9.810
Média ponderada de vida útil	3 anos	60 anos	N/A	
Mínimo e máximo	3 anos	60 anos	N/A	

- (1) Parte das adições foi reconhecida sem desembolso financeiro no exercício, conforme Nota 28, não impactando a Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- (2) Refere-se a reclassificações entre as classes de ativos imobilizado, intangível, plantas portadoras e ativo biológico, conforme apresentado nas respectivas notas explicativas.
- (3) Refere-se aumento de capital nas subsidiárias através de aporte de ativos recebidos, reconhecidos pelo custo atribuído, com base em laudo de avaliação independente, com data-base de 30 de setembro de 2025, em conformidade com o IAS 38 / CPC 4 (R1).

Em 31 de dezembro de 2024, a Acelen Renovável adquiriu um contrato de usufruto sobre um terreno localizado em Montes Claros, Minas Gerais, que foi classificado em Direitos e concessões de uso no ativo intangível. Este direito confere a permissão de utilizar o terreno por um período de 30 anos, com direito a prorrogação por mais 30 anos a título gratuito, totalizando 60 anos, com todos os benefícios e responsabilidades legais associados ao seu uso. Decorrido esse prazo, cabe à Acelen Renovável exercer opção de renovação do contrato.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, a Acelen Agro adquiriu contratos de usufruto sobre os terrenos localizados em Terra Nova e Cachoeira, Bahia, os quais foram classificados em direitos e concessões no ativo intangível. Estes contratos conferem a permissão de utilização dos terrenos por um período de 99 anos, com todos os benefícios e responsabilidades legais associados ao seu uso.

Política contábil material

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição ou de desenvolvimento, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o intangível em condições de operação, bem como, quando aplicável, deduzidas a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os ativos intangíveis são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Esta avaliação é revisada anualmente e, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu que não havia indicativos de perda relacionada a estes ativos.

14) Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedor nacional	63.335	46.582	33.685	46.582
Fornecedor internacional	4.618	-	4.618	-
Total	67.953	46.582	38.303	46.582
Circulante	67.953	46.582	38.303	46.582

A Companhia busca negociar com os seus fornecedores um prazo de pagamento de 30 a 90 dias, incluindo eventuais extensões de prazo com a cobrança de juros de acordo com os termos contratuais negociados com cada fornecedor. Durante o ano de 2025, o prazo médio de pagamento dos fornecedores foi de 26 dias (20 dias em 2024).

Política contábil material

Os fornecedores são contabilizados a custo amortizado, com valores nominais acrescidos de encargos e taxas de juros contratuais, quando aplicável, cujos efeitos são refletidos no resultado do exercício. Os montantes em moeda estrangeira são convertidos para reais utilizando a taxa de câmbio do fechamento do exercício.

15) Reverse factoring de fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Reverse factoring de fornecedores	4.142	-	2.714	-
Total	4.142	-	2.714	-
Circulante	4.142	-	2.714	-

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A movimentação dos fornecedores *reverse factoring* da Companhia está apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	-	-	-	-
Efeitos no fluxo de caixa				
Captações	5.747	-	3.649	-
Amortização de principal	(1.694)	-	(1.024)	-
Efeitos que não afetam o fluxo de caixa				
Juros	89	-	89	-
Saldo em 31 de dezembro	4.142	-	2.714	-

Devido ao prazo de pagamento negociado entre 30 e 45 dias, determinados fornecedores buscam operações de *reverse factoring*. Nestas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para uma instituição financeira, da qual a Companhia passa a ser devedora de acordo com os termos contratuais negociados entre as partes envolvidas.

Adicionalmente, a Companhia realiza operações de *reverse factoring*, nas quais uma instituição financeira antecipa o pagamento aos fornecedores e a Companhia passa a liquidar a obrigação diretamente com a instituição financeira, podendo os encargos financeiros ser suportados pelos fornecedores ou pela Companhia. Tais operações são apresentadas de forma segregada, por possuírem natureza distinta das transações comerciais usuais.

Em 2025, o prazo médio de pagamento das operações de *reverse factoring* foi de 86 dias. A média ponderada de encargos financeiros inclusos nas referidas operações foi de 2,17% a.m., patamar compatível com práticas de mercado e consistente com o tratamento previsto no IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

A Companhia não identificou risco relevante de liquidez associado a estas operações.

Política contábil material

Reverse factoring são passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, que corresponde aos valores nominais acrescidos de encargos e taxas de juros remuneratórios.

A Companhia classifica como *reverse factoring* as operações em que há a mudança da contraparte credora para uma instituição financeira, mas não há alteração das principais características e condições comerciais usuais de pagamento de capital de giro da Companhia antes e depois dessas transações com seus fornecedores.

Para identificar se houve alteração substancial nas características e condições comerciais, a Companhia avalia principalmente eventuais modificações nas garantias contratuais e/ou inclusão de cláusulas de *default* usualmente observadas em contratos de dívidas.

As operações de *reverse factoring* são classificadas nas demonstrações dos fluxos de caixa como uma atividade operacional considerando-se suas características.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16) Salários e encargos sociais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários e outras remunerações	21.281	14.424	19.627	14.424
Encargos sobre a folha	5.024	3.662	4.457	3.662
Total	26.305	18.086	24.084	18.086
Circulante	26.305	18.086	24.084	18.086

A partir de junho de 2025, a Acelen Agro passou a incorrer em despesas com folha de pagamento em decorrência do início de sua estruturação operacional.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de salários e outras remunerações era composto, majoritariamente por Participação nos Lucros e Resultados (PLR), a serem liquidados em 2026 e pela provisão de férias.

Política contábil material

A Companhia reconhece as despesas com a remuneração dos colaboradores, incluindo salários, benefícios (como vale-transporte e vale-alimentação), encargos sociais obrigatórios (INSS, FGTS e IRRF) e o pagamento da PLR, conforme estabelecido em acordo coletivo. As provisões mensais para férias e 13º salário são igualmente realizadas.

17) Empréstimos e financiamentos

a. Saldo dos contratos de dívida por modalidade

As dívidas da Acelen Renovável são compostas por recursos captados por empréstimos bancários e mercado de capitais. O saldo dos contratos de dívida está apresentado como segue:

	Encargos financeiros	Moeda	Vencimento	Consolidado e Controladora	
				31/12/2025	31/12/2024
BNDES ^(a)	TR + 2,20% a.a. Selic +1,41% a.a.	BRL	08/2040	218.436	120.179
Bradesco ^(b)	CDI + 2,30% a.a.	BRL	06/2026	60.619	60.097
Banco do Brasil ^(c)	8,10% a.a.	USD	07/2026	103.107	-
HSBC ^(d)	5,50% a.a.	BRL	04/2030	114.618	-
Refinaria de Mataripe S.A. ^(e)	7,25% a.a.	USD	10/2026	111.528	-
				608.308	180.276
Custos de transação				(14.572)	(8.797)
Total				593.736	171.479
Circulante				300.441	59.355
Não circulante				293.295	112.124

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (a) Em 2024, a Acelen Renovável obteve um empréstimo no valor de R\$ 257.913 junto ao BNDES para financiamento da implementação do Agripark e de outras atividades do seu programa de pesquisa e desenvolvimento. Este contrato com o BNDES prevê múltiplos desembolsos que acontecerão de acordo com o avanço das obras e comprovação do uso dos recursos. Os primeiros desembolsos foram realizados em dezembro de 2024, sendo R\$ 24.000 ao custo de Selic + 1,41% e R\$ 96.000 ao custo de TR + 2,2%, conforme estabelecido no contrato. Em março de 2025 ocorreram novas liberações nos valores de R\$ 68.800 e R\$ 17.200 ao custo de Selic + 1,41% e ao custo de TR + 2,2%, respectivamente. A liquidação do empréstimo será efetuada em 146 parcelas mensais, com a primeira parcela programada para julho de 2028.
- (b) Em novembro de 2024, a Acelen Renovável captou recursos no mercado por meio da emissão de notas comerciais, no montante de R\$ 60.000, tendo o Banco Bradesco S/A como responsável pela intermediação da operação, com liquidação originalmente prevista em parcela única em junho de 2025. Em 2025, foi formalizada a prorrogação do prazo de pagamento do valor principal para junho de 2026, com alteração da taxa de juros de CDI + 2,10% a.a. para CDI + 2,30% a.a., não houve outras alterações relevantes no contrato. Em 2025 foi efetuado pagamento de juros no valor de R\$ 9.156.
- (c) Em julho de 2025, a Acelen Renovável contratou, nos termos da Resolução nº 4.131/2010, empréstimo no montante de US\$ 18.103 (equivalente a R\$ 100.273 na data da contratação) junto ao Banco do Brasil S.A., ao custo de 8,1% a.a., com juros pagos semestralmente. A liquidação do principal está prevista para julho de 2026.
- (d) Adicionalmente, em junho de 2025, a Acelen Renovável realizou nova captação por meio da emissão de três notas de crédito, junto ao HSBC, totalizando R\$ 125.000. A partir do terceiro trimestre de 2025, foram efetuados pagamentos de amortização de principal no montante de R\$ 12.500 e R\$ 1.440 de juros.
- (e) Em outubro de 2025, a Acelen Renovável realizou captação de recursos por meio da emissão de Nota Comercial em favor da Refinaria de Mataripe S.A., uma empresa do Grupo, no montante de US\$ 20.000 (equivalente a R\$ 107.796 mil na data da captação). A operação é remunerada ao custo de 7,25% a.a. A liquidação do principal está prevista para ocorrer em outubro de 2026. As informações estão divulgadas na Nota 21.

Em 2025 a Acelen Renovável possuía R\$ 608.308 (R\$ 180.276 em 2024, equivalente a R\$ 180.000 de principal e R\$ 279 de juros) em financiamento, com custo efetivo médio ponderado de 8,57% a.a. (7,48% a.a. em 2024).

A movimentação dos títulos de dívida da Acelen Renovável está apresentada a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	2025	2024
Saldo inicial	171.479	-
Efeitos nos fluxos de caixa		
Captações	419.069	180.000
Amortização de principal	(12.500)	-
Custos de transação ⁽¹⁾	(8.543)	(8.840)
Pagamento de encargos da dívida	(10.596)	-
Efeitos que não afetam os fluxos de caixa		
Encargos incorridos		
Juros	30.447	276
Amortização dos custos de transação	2.768	43
Variação cambial	1.612	-
Saldo em 31 de dezembro	593.736	171.479

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

⁽¹⁾ Parte das adições reconhecidas em 2024 teve liquidação financeira em 2025, conforme Nota 28, sem impacto na Demonstração dos Fluxos de Caixa de 2024.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal	Encargos financeiros ⁽¹⁾	Total
2026	296.079	22.408	318.487
2027	25.000	4.479	29.479
2028	33.466	7.968	41.434
2029	41.932	12.193	54.125
2030	29.432	11.867	41.299
2031 em adiante	163.671	201.949	365.620
	589.580	260.864	850.444

⁽¹⁾ O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas pós), considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos.

b. Garantias

Para a dívida com o BNDES, foram contraídas cartas-fiança juntamente ao Itaú Unibanco em novembro de 2024. Essa fiança possui como garantia uma letra de crédito (LC) emitida pelo HSBC México e, não possui garantia.

c. Cláusulas restritivas (covenants)

Em 31 de dezembro de 2025, com base nas interpretações e nos julgamentos da Administração a respeito das definições contidas no referido contrato, a Acelen Renovável estava adimplente com todas as cláusulas restritivas exigidas, com destaque para: (i) apresentação das demonstrações financeiras da Acelen Renovável no prazo de 90 dias auditadas por auditores independentes; (ii) cláusulas de cumprimento às leis, regras e regulamentos aplicáveis à condução de seus negócios incluindo às leis ambientais; (iii) cláusulas em contratos de financiamento que exigem que a Acelen Renovável conduza seus negócios em cumprimento às leis anticorrupção e às leis antilavagem de dinheiro e que institua e mantenham políticas necessárias a tal cumprimento.

A Acelen Renovável não possui cláusulas vinculadas a indicadores financeiros, por estar em fase pré-operacional.

Política contábil material

Empréstimos e financiamentos são passivos financeiros mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e de eventuais pagamentos dos custos de transação.

As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. Ao aplicar o método de juros efetivos, a Acelen Renovável deve amortizar, ao longo da vida útil do instrumento financeiro, todas as taxas, pontos pagos ou recebidos, custos de transação e demais prêmios ou descontos considerados no cálculo da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18) Imposto de renda e contribuição social

a. Posição patrimonial

Os tributos sobre o prejuízo são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Os saldos líquidos de imposto de renda e contribuição social estão apresentados como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda a recuperar ⁽¹⁾	4.175	1.725	4.167	1.724
Ativos	4.175	1.725	4.167	1.724
Ativo circulante	4.175	1.725	4.167	1.724

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a ser recuperado sobre as aplicações financeiras.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos com base no prejuízo fiscal e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	107.549	44.922	103.180	44.922
Diferenças temporárias				
Provisões	3.528	6.064	3.028	6.064
Variação cambial de ativos e passivos	574	-	574	-
Taxa de depreciação e amortização	(182)	-	(182)	-
Arrendamento	49	-	38	-
Redução ao valor recuperável de ativos				
fiscais diferidos	(111.518)	(50.986)	(106.638)	(50.986)
Total do ativo fiscal diferido	-	-	-	-
Ativo fiscal diferido	-	-	-	-

Os prejuízos fiscais não expiram no Brasil e sua compensação é limitada a 30% do lucro fiscal do ano. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de prejuízo fiscal (incluindo base negativa) da Companhia era de R\$ 307.648. A Administração da Companhia não registrou os saldos dos impostos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2025. Os montantes são reavaliados a cada data de relatório e reconhecidos quando se tornar provável que haverá lucros tributáveis futuros contra os quais eles poderão ser utilizados.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(327.823)	(147.996)	(327.824)	(147.996)
Tributos às alíquotas da legislação - 34%	111.460	50.319	111.460	50.319
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:				
Resultado de participação societárias no Brasil	-	-	(4.880)	-
Incentivos fiscais ⁽¹⁾	2.315	440	2.315	440
Redução ao valor recuperável de ativos fiscais diferidos	(111.518)	(50.986)	(106.638)	(50.986)
Doações e patrocínios	(2.182)	-	(2.182)	-
Atualização de créditos fiscais	86	-	86	-
IRPJ e CSLL de exercícios anteriores ⁽²⁾	(216)	-	(215)	-
Lucros não realizados de subsidiárias	(160)	-	(160)	-
Outros itens permanentes	(1)	2	(1)	2
Tributos sobre o lucro	(216)	(225)	(215)	(225)
Alíquota efetiva	0,07%	0,15%	0,07%	0,15%
Corrente	(216)	-	(215)	-
Diferido	-	(225)	-	(225)

⁽¹⁾ Em 2025, a Acelen Renovável utilizou o benefício da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05), que permite a dedução de 60% das despesas com pesquisa e inovação tecnológica na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, conforme as condições da legislação;

⁽²⁾ Refere-se a valores reconhecidos extemporaneamente em 2025, relacionados à competência de 2024, período em que a Companhia estava sujeita ao regime de lucro real trimestral.

No exercício de 2025, a Companhia optou pelo regime fiscal de lucro real anual e variação cambial pelo regime de caixa.

Política contábil material

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, sendo calculados com base em alíquotas brasileiras, onde seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e, quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, respeitando os princípios de consolidação tributária entre entidades.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os tributos diferidos ativos, quando apresentados, são reconhecidos nas demonstrações financeiras devidamente suportados por estudos técnicos preparados pela Administração, através da estimativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras de longo prazo, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários sujeitos a alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são também reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo o saldo final de ativos e passivos apresentados pelo seu efeito líquido.

Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Nesta avaliação, a Companhia utiliza como base seu o planejamento estratégico e projeções de mercado, que são revisadas e complementadas com base na experiência da Administração. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são baixados quando sua realização não for mais provável e revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros aumentar. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de relatório e reconhecidos quando se tornar provável que lucros tributáveis futuros, contra os quais eles podem ser usados, estarão disponíveis.

As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente ao longo do tempo, podendo ocorrer situações em que a interpretação da Companhia pode diferir daquela da autoridade fiscal.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia, principalmente relacionados a diferentes interpretações sobre a aplicabilidade em montantes de deduções e adições à base de cálculo de IRPJ e CSLL.

A Companhia aplica a premissa de aceitação por parte da autoridade fiscal dos tratamentos de tributos efetuados em sua apuração com base em avaliações técnicas internas da Administração e devidamente complementadas por seus assessores legais. Mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais futuras que alterem a análise dos fundamentos podem, por sua vez, demandar revisão das premissas de tratamentos de tributos vigentes.

19) Tributos a recuperar (ativo) e a pagar (passivo)

Os valores de tributos ativos e passivos estão apresentados da seguinte forma:

	Consolidado			
	Ativo ⁽¹⁾		Passivo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS	7.572	2.226	120	277
PIS e COFINS	18.571	5.575	324	1
IRRF	-	-	756	184
Outros tributos	11	-	621	781
	26.154	7.801	1.821	1.243
Circulante	-	473	1.821	1.243
Não circulante	26.154	7.328	-	-

⁽¹⁾ Refere-se aos créditos estimados sobre aquisições de máquinas, insumos e serviços a partir de 2024. (i) O aproveitamento de PIS e COFINS baseia-se no regime de não cumulatividade (Lucro Real); (ii) os créditos de ICMS decorrem de aquisições para o ativo imobilizado e insumos, nos termos da Lei Complementar 87/1996.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS	7.416	2.226	112	277
PIS e COFINS	17.376	5.575	307	1
IRRF	-	-	749	184
Outros tributos	11	-	490	781
	24.803	7.801	1.658	1.243
Circulante	-	473	1.658	1.243
Não circulante	24.803	7.328	-	-

20) Outros passivos

	Consolidado		Controlada	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a pagar partes relacionadas (Nota 21)	41.818	44.351	41.604	44.351
Encargos financeiros	280	274	280	274
Reembolso a funcionários	10	31	10	31
Total	42.108	44.656	41.894	44.656
Circulante	42.108	44.656	41.894	44.656

21) Partes relacionadas

a) Saldos em aberto com partes relacionadas

	Consolidado			
	Passivo			
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
	Empréstimos	Outros passivos ⁽¹⁾	Total	Outros passivos
Refinaria de Mataripe S.A.	111.528	41.818	153.346	44.351
	111.528	41.818	153.346	44.351

⁽¹⁾ Refere-se a valores em aberto decorrentes de compartilhamento de despesas (contrato de *cost sharing*) e financiamento por meio da emissão de nota de crédito (Nota 17). Os saldos relativos a 2024 foram quitados em 2025, em conformidade com previsão contratual de pagamento anual único.

	Consolidado				
	Resultado				
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024	
	Despesa	Varição Cambial	Juros sobre empréstimos	Despesa	Varição Cambial
Refinaria de Mataripe S.A.	(41.818)	(2.246)	(1.457)	(40.241)	38
	(41.818)	(2.246)	(1.457)	(40.241)	38

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora						
	Ativo			Passivo			
	31/12/2025			31/12/2025		31/12/2024	
	Contas a receber ⁽¹⁾	Partes relacionadas	Total	Empréstimos	Outros passivos	Total	Outros passivos
Acelen Agro S.A.	1.211	757	1.968	-	-	-	-
Acelen Industrial S.A. ⁽²⁾	-	2.748	2.748	-	-	-	-
Refinaria de Mataripe S.A.	-	-	-	111.528	41.604	153.132	44.351
	1.211	3.505	4.716	111.528	41.604	153.132	44.351

⁽¹⁾ Refere-se à venda de mudas de macaúba, no âmbito de contrato celebrado em julho de 2025 com a Acelen Agro, com vigência de 10 anos;

⁽²⁾ Refere-se à despesa com serviços de consultoria vinculadas à construção da unidade industrial (HEFA) na Acelen Industrial.

	Controladora				
	Resultado				
	31/12/2025			31/12/2024	
	Despesa	Variação cambial	Juros sobre empréstimos	Despesas	Variação cambial
Acelen Agro S.A. ⁽¹⁾	(757)	-	-	-	-
Refinaria de Mataripe S.A.	(41.604)	(2.246)	(1.457)	(40.241)	38
	(42.361)	(2.246)	(1.457)	(40.241)	38

⁽¹⁾ Corresponde às despesas com benefícios a empregados atribuídos a Acelen Agro, originalmente registradas na Acelen Renovável.

22) Provisão para riscos e passivos contingentes

A Acelen Renovável é parte em processos decorrentes do curso normal de seus negócios. A Companhia utiliza estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos, com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para perdas classificadas como prováveis quando uma estimativa confiável pode ser efetuada.

Em 31 de dezembro de 2025, os processos em aberto foram classificados como de risco possível ou remoto e, portanto, não se constituição de provisão.

a. Processos judiciais não provisionados (passivos contingentes)

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária estimados para os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi considerada possível pela Companhia e seus assessores legais e que, portanto, não foram provisionados, são apresentados a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Cível	448	-
	448	-

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras*Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)***Política contábil material**

Uma provisão é reconhecida quando a Diretoria Jurídica e seus consultores jurídicos avaliam que: (i) existe uma obrigação presente originada de evento passado; (ii) é provável que serão necessários recursos para liquidar a obrigação, e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser mensurada. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou pode ser baixada quando a obrigação for liquidada.

Os passivos contingentes são obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

As contingências classificadas com prognóstico de perda remota não são objeto de divulgação, uma vez que a possibilidade de desembolso para sua liquidação é considerada remota.

Estimativas e julgamentos críticos

Estas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e levam em consideração essencialmente fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

23) Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**a. Capital social**

Em 24 de setembro de 2024, em AGE, aprovou-se o aumento de capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 55.000 mediante a emissão de 55.000.000 (cinquenta e cinco milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 21 de novembro de 2024, em AGE, aprovou-se o aumento de capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 28.500 mediante a emissão de 28.500.000 (vinte e oito milhões e quinhentos mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, subscrito e integralizado, possuía saldo no valor de R\$ 228.410 dividido em 228.410.040 (duzentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e dez mil e quarenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 3 de junho de 2025, em AGE, aprovou-se o aumento de capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 83.398 mediante a emissão de 83.398.000 (oitenta e três milhões, trezentos e noventa e oito mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, subscrito e integralizado, possuía saldo no valor de R\$ 311.808 dividido em 311.808.250 (trezentos e onze milhões, oitocentos e oito mil, duzentos e cinquenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acelen Energia Renovável S.A.**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O acionista detentor da totalidade das ações da Acelen Renovável é a MC Energia Renovável S.A.

b. Prejuízo por ação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(328.039)	(148.221)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	270.452	162.752
Prejuízo básico e diluído por ação	<u>(1,213)</u>	<u>(0,911)</u>

Não há efeitos diluidores na Acelen Renovável e, por isso, o prejuízo básico e o diluído por ação são os mesmos.

24) Receita líquida

	<u>Controladora</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita bruta de vendas - partes relacionadas ⁽¹⁾	1.211	-
Receita líquida	<u>1.211</u>	<u>-</u>
Receita líquida, por produto:		
Mudas de macaúba	1.211	-
Total	<u>1.211</u>	<u>-</u>

⁽¹⁾ Em 2025, a Acelen Renovável celebrou contrato de compra e venda de pré-mudas e mudas com a Acelen Agro, com prazo de vigência de 10 (dez) anos. Em dezembro de 2025, foi reconhecida a primeira receita de venda de mudas decorrente da execução inicial desse contrato. A operação de venda de mudas é isenta de tributação por se tratar de produto de origem vegetal destinado ao plantio.

25) Custos e despesas por natureza

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Matérias-primas/ produtos para revenda ⁽¹⁾	-	-	(740)	-
Serviços contratados ⁽²⁾	(128.947)	(90.648)	(122.486)	(90.648)
Fretes, aluguéis e armazenamento	(5.589)	(1.770)	(5.259)	(1.770)
Pessoal	(108.813)	(44.057)	(107.142)	(44.057)
Depreciação e amortização	(8.184)	(296)	(7.029)	(296)
Impostos, taxas e contribuições	(714)	(316)	(577)	(316)
Viagens	(10.714)	(4.577)	(10.339)	(4.577)
Pesquisa e desenvolvimento	(7.870)	(29)	(7.870)	(29)
Doações	(5.054)	-	(5.054)	-
Outros	(3.954)	(4.776)	(2.891)	(4.775)
Total	<u>(279.839)</u>	<u>(146.469)</u>	<u>(269.387)</u>	<u>(146.468)</u>
Custos dos produtos vendidos	-	-	(740)	-
Despesas gerais e administrativas	(275.560)	(146.469)	(264.368)	(146.468)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(4.279)	-	(4.279)	-
Total	<u>(279.839)</u>	<u>(146.469)</u>	<u>(269.387)</u>	<u>(146.468)</u>

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

⁽¹⁾ Refere-se ao custo auferido da venda de mudas de macaúba para Acelen Agro em dezembro de 2025.

⁽²⁾ Os serviços contratados compreendem, em sua maior parte, serviços de consultoria e assessoria, assim como honorários advocatícios.

26) Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2023
Receitas financeiras				
Receita com aplicações financeiras	16.279	6.485	16.246	6.480
Outras receitas financeiras	254	-	254	-
Tributos sobre receitas financeiras	(1.173)	(399)	(1.171)	(399)
	15.360	6.086	15.329	6.081
Despesas financeiras				
Encargos financeiros de dívidas ⁽¹⁾	(33.215)	(319)	(33.215)	(319)
Comissão por linha de crédito ⁽²⁾	(19.086)	(4.757)	(19.086)	(4.757)
IOF	(6.327)	(2.401)	(6.140)	(2.401)
Arrendamento	(274)	-	(199)	-
Juros <i>reverse factoring</i> de fornecedores	(89)	-	(89)	-
Juros e multa ⁽³⁾	(2.983)	(209)	(51)	(209)
	(61.974)	(7.686)	(58.780)	(7.686)
Variação cambial líquida				
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	57	62	57	62
Variação cambial de fornecedores	187	11	187	11
Variação cambial de dívidas ⁽⁴⁾	(1.612)	-	(1.612)	-
Outras variações cambiais	(2)	-	(2)	-
	(1.370)	73	(1.370)	73
Resultado financeiro	(47.984)	(1.527)	(44.821)	(1.532)

⁽¹⁾ Referem-se aos juros e apropriação de custos de transação dos empréstimos.

⁽²⁾ Refere-se principalmente às comissões sobre as cartas-fiança captadas com o Itaú Unibanco e com o HSBC México em novembro de 2024, com pagamentos mensais. As referidas cartas fiança foram utilizadas pela Acelen Renovável como garantia para a contratação de financiamento junto ao BNDES, conforme exigido no processo de garantia do referido financiamento.

⁽³⁾ Refere-se, principalmente, aos encargos financeiros incorridos na Acelen Agro para aquisição do direito real de superfície sobre terras localizadas no estado da Bahia.

⁽⁴⁾ Refere-se a variação cambial sobre empréstimo indexado em USD captado junto ao Banco do Brasil e sobre nota e crédito com a Refinaria de Mataripe S.A.

27) Gerenciamento de riscos, instrumentos financeiros e análise de sensibilidade

a. Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores e respectivos comitês de riscos, com base na política corporativa de gerenciamento de riscos aprovado pelo Conselho de Administração. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício de suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, pela alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

i. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes mediante a análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos.

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes de seu caixa. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua Controladora e com instituições financeiras de reconhecida liquidez.

ii. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas e compra de ativos para implementação das operações. As condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto prazo e aporte de capital dos acionistas, quando necessário. A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reservas de recursos de empréstimos, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais passivos financeiros por faixa de vencimento em 31 de dezembro de 2025 e refletem o fluxo financeiro não descontado:

	Consolidado			
	2025			
	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 4 anos	Mais de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Passivos financeiros				
Fornecedores	67.953	67.953	-	-
<i>Reverse factoring</i> de fornecedores	4.156	4.156	-	-
Valores a pagar de arrendamento	2.677	1.797	880	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	850.444	318.487	125.038	406.919
Outros passivos	42.108	42.108	-	-
	967.338	434.501	125.918	406.919
	Controladora			
	2025			
	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 4 anos	Mais de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Passivos financeiros				
Fornecedores	38.303	38.303	-	-
<i>Reverse factoring</i> de fornecedores	2.727	2.727	-	-
Valores a pagar de arrendamento	1.332	877	455	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	850.444	318.487	125.038	406.919
Outros passivos	41.894	41.894	-	-
	934.700	402.288	125.493	406.919

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024	Consolidado e Controladora			
	2024			
	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 4 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros				
Fornecedores	46.582	46.582	-	-
Empréstimos e financiamentos	255.899	63.757	36.041	156.101
Outros passivos	44.656	44.656	-	-
	347.137	154.995	36.041	156.101

iii. Riscos de mercado

Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Risco de taxa de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a compra de matérias-primas e a aquisição de equipamentos ou serviços.

iv. Seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a Acelen Renovável possuía cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade.

Risco coberto	Seguradora	Vigência		Limite máximo de cobertura
		De	Até	
Responsabilidade Civil	Chubb	31/08/2025	31/08/2026	20.000
Risco operacional	Chubb	31/08/2025	31/08/2026	163.040
D&O - Primária ⁽¹⁾	Chubb	15/10/2025	15/10/2026	110.048
D&O - Excesso 1 ⁽¹⁾	AIG	15/10/2025	15/10/2026	110.048
D&O - Excesso 2 ⁽¹⁾	Starr	15/10/2025	15/10/2026	55.024

⁽¹⁾ Referem-se a apólices de seguro cuja cobertura é compartilhada pelas companhias subordinadas ao acionista majoritário indireto, MIC Capital Partners Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior.

b. Reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas em relação às condições vigentes no mercado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para a qual foram adquiridos. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas, classificadas e mensuradas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	54.485	-	54.485	148.635	-	148.635
	55.485	-	55.485	148.635	-	148.635
Passivos financeiros						
Fornecedores	67.953	-	67.953	46.582	-	46.582
Reverse factoring de fornecedores	4.142	-	4.142	-	-	-
Valores a pagar de arrendamento	2.677	-	2.677	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	593.736	-	593.736	171.479	-	171.479
Outros passivos	42.108	-	42.108	44.656	-	44.656
	710.616	-	710.616	262.717	-	262.717
	Controladora					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	54.114	-	54.114	148.622	-	148.622
Contas a receber	1.211	-	1.211	-	-	-
Partes relacionadas	3.505	-	3.505	-	-	-
	58.830	-	58.830	148.622	-	148.622
Passivos financeiros						
Fornecedores	38.303	-	38.303	46.582	-	46.582
Reverse factoring de fornecedores	2.714	-	2.714	-	-	-
Valores a pagar de arrendamento	1.332	-	1.332	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	593.736	-	593.736	171.479	-	171.479
Outros passivos	41.894	-	41.894	44.656	-	44.656
	677.979	-	677.979	262.717	-	262.717

Política contábil material

Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro são contratos que dão origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras*Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)***Ativos financeiros – Reconhecimento e mensuração inicial**

Os ativos financeiros são reconhecidos quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial os ativos financeiros são mensurados a valor justo acrescidos ou deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

Ativos financeiros – Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados e mensurados subsequentemente ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros – Desreconhecimento

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

Na baixa de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Passivo financeiro – Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para os passivos financeiros mensurados a valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo, acrescidos ou deduzidos os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

Passivo financeiro – Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras*Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

Quando os termos contratuais de passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são renegociados ou modificados e essas alterações não são substanciais, seus saldos passam a refletir o valor presente dos fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo do instrumento reavaliado no momento da alteração não substancial dos termos e seu saldo imediatamente anterior a essa alteração é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Passivo financeiro – Desreconhecimento

A Companhia desreconhece o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) de seu balanço patrimonial quando, e apenas quando, este for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Quando há uma troca de instrumentos de dívida com termos substancialmente diferentes entre o mutuário e o credor, a Companhia trata como a extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro. Da mesma forma, uma modificação significativa dos termos de um passivo financeiro existente, quer seja em sua totalidade ou em parte, é tratada como a extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

A avaliação da Administração considera que os termos são substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos, incluindo quaisquer pagamentos líquidos efetuados ou taxas recebidas e descontados pela taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original.

A Companhia não teve nenhuma alteração substancial que pudesse modificar o fluxo de caixa dos passivos financeiros mensurados a custo amortizado. Portanto, eles refletem o valor presente de seus fluxos de caixa.

c. Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos, incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - Preços cotados (podem ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, e
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

d. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições que são objetos de proteção, em cenários hipotéticos de estresse dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 30 dias úteis (ou 90 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2025.

- Cenário provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de juros vigentes referenciados por fonte externa (Taxas Referenciais B3 - 30 de dezembro de 2025 (90 dias) e Relatório Focus Bacen de 31 dezembro de 2025).
- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Abaixo estão apresentados os impactos para cada cenário estimado em relação ao saldo contábil:

Consolidado								
Operação	Risco	Indexador em 31/12/2025	Exposição (saldo/nocional)	Valor esperado (nocional base)	Impacto cenário provável	Impacto cenário II	Impacto cenário III	
Operações em CDI/SELIC/TR					13,50%			
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do CDI	14,90%	54.430	8.110	7.348	6.894	5.677	
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI		(60.619)	(9.032)	(8.184)	(10.387)	(11.742)	
Empréstimos e financiamentos	Alta da Selic	14,88%	(171.123)	(25.467)	13,50% (23.102)	(29.288)	(33.108)	
Empréstimos e financiamentos	Alta da TR	2,11%	(47.313)	(996)	2,11% (859)	(1.146)	(1.295)	
Exposição líquida						(24.797)	(33.927)	(40.468)

Consolidado								
Operação	Risco	Indexador em 31/12/2024	Exposição (saldo/nocional)	Valor esperado (nocional base)	Impacto cenário provável	Impacto cenário II	Impacto cenário III	
Operações em CDI/SELIC					13,50%			
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do CDI	12,15%	148.635	18.059	20.064	15.349	12.640	
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI		(60.097)	(7.290)	(8.113)	(6.207)	(5.111)	
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI		(24.036)	(2.920)	(3.245)	(2.482)	(2.044)	
Empréstimos e financiamentos	Alta da TR	2,05%	(96.143)	(1.974)	2,05% (1.974)	(1.678)	(1.382)	
Exposição líquida						6.732	4.982	4.103

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Risco de taxa de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de insumos, equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros.

Operação	Risco	Consolidado					
		Indexador em 31/12/2025	Exposição (saldo/nocional)	Impacto cenário provável	Impacto cenário II	Impacto cenário III	
Operações em USD					5,61		
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do USD		3	3	3	4	
Fornecedores	Alta do USD	5,5024	(4.618)	(4.708)	(5.311)	(6.003)	
Empréstimos e financiamentos	Alta do USD		(214.635)	(218.832)	(246.830)	(279.026)	
Exposição líquida				(223.537)	(252.138)	(285.025)	

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não apresentava exposição relevante a taxa de câmbio.

28) Informações para a Demonstração do Fluxo de Caixa

a. Transações não envolvendo caixa

A seguir demonstramos as principais transações que não afetaram o caixa e cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Descrição	31/12/2024	Movimentação caixa	Consolidado					31/12/2025
			Movimentação não caixa					
			Cientes e fornecedores	Arrendamentos	Partes relacionadas	Resultado		
Contas a receber	-	-	(1.211)	-	1.211	-	-	
Estoque	16.101	33.743	-	-	-	1.372	51.216	
Ativo biológico	-	1.372	-	-	-	(1.372)	-	
Imobilizado	170.433	129.235	(7.996)	-	-	(5.043)	283.881	
Plantas portadoras	-	15.749	5.097	-	-	-	19.635	
Intangível	9.457	87.107	26.423	-	-	(2.048)	120.939	
Direito de uso	-	-	-	3.625	-	(1.093)	2.532	
Empréstimos	171.479	387.403	27	-	-	34.827	593.736	
Partes relacionadas	-	-	(2.748)	-	3.505	(757)	-	

Descrição	31/12/2024	Movimentação de caixa	Controladora					31/12/2025
			Movimentação não caixa					
			Fornecedores	Arrendamentos	Partes relacionadas	Investimento (1)	Resultado	
Contas a receber	-	1.211	-	-	-	-	-	1.211
Estoque	16.101	35.062	-	-	-	(1.945)	1.372	50.590
Ativo biológico	-	1.372	-	-	-	-	(1.372)	-
Imobilizado	170.433	115.794	(10.744)	-	-	(78.835)	(5.025)	191.623
Plantas portadoras	-	6.756	3.886	-	-	-	-	10.642
Intangível	8.030	2.689	909	-	-	(597)	(1.221)	9.810
Direito de uso	-	-	-	2.002	-	-	(783)	1.219
Empréstimos	171.479	387.403	27	-	-	-	34.827	593.736
Partes relacionadas	-	-	-	-	3.505	-	-	3.505

(1) Referem-se à integralização de ativos em setembro de 2025 nas subsidiárias por meio de aumento de capital, sem efeito sobre caixa ou equivalentes de caixa.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Consolidado e Controladora					
Descrição	31/12/2023	Movimentação de caixa	Movimentação não caixa		31/12/2024
			Fornecedores	Resultado	
Imobilizado	-	155.779	14.690	(36)	170.433
Empréstimos	-	171.187	(27)	319	171.479

29) Eventos subsequentes

a. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 2026, a Acelen Renovável celebrou Termos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com suas subsidiárias, conforme segue:

Acelen Agro

Em 2 de janeiro de 2026, 9 de janeiro de 2026 e 20 de janeiro de 2026, a Acelen Agro celebrou Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com sua acionista Acelen Energia Renovável S.A., no montante de R\$ 500, R\$ 1.100 e R\$ 700, respectivamente.

A totalidade dos saldos de AFAC existentes até 30 janeiro de 2026 foram convertidas em capital social.

Em 2 de fevereiro de 2026, 13 de fevereiro de 2026, 20 de fevereiro de 2026 e 5 de março de 2026, a Acelen Agro celebrou Termos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com a Acelen Energia Renovável S.A., nos montantes de R\$ 1.430, R\$ 3.500, R\$ 1.000 e R\$ 3.000, respectivamente. Estes montantes serão convertidos em capital social da Acelen Agro S.A. na primeira deliberação social subsequente aos Termos.

Acelen Industrial

Em 6 de janeiro de 2026 e 20 de janeiro de 2026, a Acelen Industrial celebrou Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com sua acionista Acelen Energia Renovável S.A., no montante de R\$ 20 e R\$ 1, respectivamente.

A totalidade dos saldos de AFAC existentes até 30 janeiro de 2026 foram convertidas em capital social.

Em 5 de fevereiro de 2026, 20 de fevereiro de 2026 e 5 de março de 2026, a Acelen Industrial celebrou Termos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com a Acelen Energia Renovável S.A., nos valores de R\$ 75, R\$ 300 e R\$ 400, respectivamente. Esses montantes serão convertidos em capital social da Acelen Industrial S.A. na primeira deliberação social subsequente ao Termo.

b. Integralização de capital

Em 30 de janeiro de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovou-se o aumento de capital subscrito e integralizado na Acelen Agro, de R\$ 57.533 para R\$ 112.850, representando um aumento no valor de R\$ 55.317 mediante a emissão de 55.317.000 (cinquenta e cinco milhões, trezentas e dezessete mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, decorrente da conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ainda em 30 de janeiro de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovou-se o aumento de capital subscrito e integralizado na Acelen Industrial, de R\$ 77.255 para R\$ 85.316, representando um aumento no valor de R\$ 8.061 mediante a emissão de 8.061.000 (oito milhões, sessenta e um mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, decorrente da conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Em 12 de fevereiro de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovou-se o aumento de capital subscrito e integralizado na Acelen Renovável, de R\$ 311.808 para R\$ 391.808, representando um aumento no valor de R\$ 80.000 mediante a emissão de 80.000.000 (oitenta milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista MC Energia Renovável S.A.

Acelen Energia Renovável S.A.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria Executiva

DocuSigned by:

Luiz de Mendonça

0E6CA97B03BD41E

LUIZ DE MENDONÇA

CEO

Assinado por:

MARCELO FRANÇA NOGUEIRA

0F5808B9462342C...

MARCELO FRANÇA NOGUEIRA

Diretor Financeiro

Assinado por:

VANESSA GOMES DA SILVA MARTIN

C008AC01033C47C...

VANESSA GOMES DA SILVA MARTIN

Contadora

CRC SP-278066/O-8